



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM
NECESSIDADES ESPECÍFICAS.**

Lucas Lopes Costa

Orientador: Prof. MSc. Darlan Farias

NOV/2013
BRASÍLIA-DF

LUCAS LOPES COSTA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM
NECESSIDADES ESPECÍFICAS.**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciatura em
Educação Física pela Faculdade de
Ciências da Educação e Saúde Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof.MSc. Darlan Farias

Brasília
2013

LÚCAS LOPES COSTA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A INCLUSÃO DE PESSOAS
COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
à obtenção do grau de Licenciatura
em Educação Física pela
Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde Centro
Universitário de Brasília –
UnICEUB.

Brasília, novembro de 2013.


BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Msc. Darlan Farias



Examinador: Prof. Msc. Marcelo Boia



Examinador: Prof. Msc. Hetty Lobo

RESUMO

Introdução: O presente estudo tem como objetivo desenvolver uma revisão sobre as concepções, opiniões e atitudes de profissionais da educação associadas à inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas nas aulas de Educação Física do sistema regular de ensino. **Objetivo:** Abordar a importância da educação física inclusiva para o(a) estudante com alguma deficiência. **Materiais e Métodos:** Foram coletados dados em livros e artigos publicados em periódicos científicos acerca da temática. A análise dos dados incluiu publicações produzidas no período de 1994 a 2013. **Revisão da Literatura:** Para que a educação inclusiva incida de maneira natural e promissora, rótulos devem ser superados. Apenas colocar o conteúdo da atividade física e o esporte adaptado como partes do conhecimento a ser trabalhado pelos professores de Educação Física, não asseguraria a inclusão e participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar. Porém essa ação poderia inspirar uma reflexão acerca da temática pelos alunos e levar os professores a repensar sobre o tempo e o espaço de suas aulas. **Considerações Finais:** O que se entende por Educação Inclusiva é um compromisso social no qual os alunos com NEE's são recebidos nas salas de aulas do ensino regular, tendo um melhor desenvolvimento, pois estão entrosados com os alunos do ensino regular, assim podendo aprender através da troca de experiências e vivências durante o curso. Levando em consideração a perspectiva da inclusão, não podemos mais olhar a educação inclusiva separadamente da educação convencional, do mesmo modo, não podemos separar a educação física convencional da educação física adaptada.

Palavras-chave: Educação infantil, Educação Física escolar, Inclusão e necessidades educacionais específicas.

ABSTRACT

Introduction: This study aims to develop a review of concepts , opinions and attitudes of educational professionals for the inclusion of people with specific educational needs in physical education classes in the regular school system .

Objective: To describe the importance of inclusive physical education to (a) student with a disability .

Materials and Methods: Data on books and articles published in scientific journals on the subject were collected. Data analysis included publications produced in the period 1994-2013 .

Literature Review: For inclusive education relates to natural and promising way , labels must be overcome . Just put the contents of adapted physical activity and sport as part of the knowledge to be worked by Physical Education teachers , would not ensure the inclusion and participation of disabled students in Physical Education classes . However this action could inspire thinking about the theme for the students and lead teachers to rethink about the time and space in their classes .

Final Thoughts: What is meant by inclusive education is a social commitment in which students with SEN 's are welcomed in classrooms for regular education with better development because they are mingled with the regular students , thus being able to learn through exchange of experiences and life during the course . Taking into account the perspective of inclusion , we can no longer look and inclusive education separately from conventional education, likewise, we can not separate the conventional physical education Adapted physical education.

Keywords: Early Childhood Education , Physical Education , Inclusion and specific educational needs .

1. INTRODUÇÃO

Conforme, Mendes (2002) a política de inclusão surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), a partir, da segunda metade dos anos 70, visando inserir não só as Pessoas com Deficiência, mas todas as Pessoas com necessidades educacionais específicas (PNEEs), “*excluídas*” da escola e sociedade.

Ainda Segundo Mendes (2006), no Brasil a educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que desafiavam os conceitos da época e acreditavam nas possibilidades de aprendizagem de crianças que eram consideradas ineducáveis.

Ha de se destacar, que durante o período entre o século XVI e o século XX, o Brasil foi caracterizado principalmente por uma sociedade rural e sem acesso a escola, num período em que não existia grande preocupação do governo com a educação. Como esses aspectos pedagógicos foram centrados em uma época em que a educação formal era direito de poucos brasileiros, os precursores da educação adaptada na Brasil desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios professores de seus pupilos, desenvolvendo seus métodos de forma empírica.

Apenas em 1942 publicou-se o decreto-lei que visava a qualidade da educação da pessoa com deficiência, o decreto número 4.818 de 08 de outubro de 1942, que estabeleceu a “prorrogação, prazo, vigência, crédito pessoal para auxílio da pessoa deficiente”. Com as portas sendo abertas por esse decreto, a Constituição de 1946, em seu artigo 166 defendia que: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. Assim garantindo a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário para todas as PNEEs. (MINTO, 2000)

E ainda sobre a vigência da constituição de 1946, houve a criação da primeira lei nacional de educação no Brasil, a LDB (Lei de diretrizes e bases da educação Brasileira) de numero 4.024 de 20 de dezembro de 1961, garantindo e evoluindo a qualidade da educação para todo educando.

A Educação Física adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a

atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades específicas. Por isso sabemos que muitos professores de Educação Física, hoje atuantes nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão. E portanto não tem a visão que a Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência não diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados a esse público. (CIDADE, 2013)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, ao reconhecer a Educação Especial como modalidade de ensino que permeia todos os níveis escolares, deixa claro que não há, nos sistemas de ensino, tipos separados de educação. Sendo assim, a Educação Especial não é um subsistema e as unidades escolares devem ter um conjunto de recursos que devem ser organizados e disponibilizados para que todos os alunos possam desenvolver suas competências com respeito e dignidade, entre eles os que necessitam de apoios diferenciados. (AGUIAR e DUARTE, 2005)

No entanto, a inclusão escolar não é um processo rápido, automático, é sim um desafio a ser enfrentado devido a vários motivos, principalmente, a falta de professores habilitados e de estruturas físicas adequadas aos alunos portadores de deficiências.

A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com necessidades específicas possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (SASSAKI, 1997). Segundo o autor, a inclusão é um processo amplo, com transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades específicas.

Pedrineli (2013), diz que participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações.

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo constatar de forma mais específica o importante papel da prática da Educação Física como ferramenta de

inclusão dentro da escola, assim, podendo propor novas abordagens e técnicas para um melhor desenvolvimento da educação inclusiva dentro das escolas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica de artigos e livros, caracterizando este trabalho como uma pesquisa de natureza exploratória. As palavras chaves utilizadas foram; Educação infantil, Educação Física escolar, Inclusão e necessidades educacionais específicas, foram utilizados como chave de pesquisa. O tema do presente trabalho é “Educação Física escolar e a inclusão de pessoas com necessidades específicas”.

Foram coletados dados em livros e artigos publicados em periódicos científicos acerca da temática citada acima. A análise dos dados incluiu publicações produzidas no período de 1994 a 2013.

Para este estudo foi realizada uma leitura exploratória de materiais bibliográficos, como: artigos, revistas, livros e sites, relacionados com as atividades de inclusão, possibilitando ao pesquisador obter uma visão global dessa área de conhecimento.

Após a leitura exploratória foi realizada uma leitura seletiva do material, verificando a relevância dos materiais encontrados.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Fatos e correntes de pensamento orientadores da educação inclusiva no Brasil.

Vale ressaltar que, historicamente, alguns fatos e acontecimentos marcam o desenvolvimento dos princípios da Educação Especial, como, por exemplo, a Declaração Mundial dos Direitos Humanos, preconizada legalmente há mais de 60 anos. Mais recentemente, como parte das prescrições neoliberais, tivemos no final do século XX a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em

Joimtiem, na Tailândia, em março de 1990. O evento veio reforçar esses direitos, e, seu principal objetivo, foi refletir e enfrentar o desafio da exclusão escolar de milhões de alunos, entre eles, as pessoas com deficiência. (SILVA, SOUZA e VIDAL, 2008).

Como resultado da **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais**, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a **Declaração de Salamanca** trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central, sobre a qual a Declaração de Salamanca discorre. Pode-se dizer que o conjunto de recomendações e propostas da Declaração de Salamanca, é guiado pelos seguintes princípios:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais;
- A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças. (FONTES, 2009)

3.2 O processo de Inclusão/Exclusão na educação Física.

Profundamente moralistas, as ideias sobre os “benefícios” da ginástica são oriundas do pensamento médico-higienista e de uma visão “medicalizada” do ser humano. Esse pensamento normativo, disciplinador e moral teve papel determinante nas primeiras sistematizações sobre a ginástica e sobre a “educação física” dos indivíduos. E, também, influenciou de forma decisiva, para que as pessoas com necessidades educacionais específicas (NEEs) fossem concebidas como doentes, que precisam ser curadas, habilitadas e preparadas, para só então participar da vida em sociedade, devendo, nesse meio tempo, receber atendimento em instituições

segregadoras. Caracterizando o modelo médico da deficiência, que imputa, até hoje, a marca da subnormalidade às pessoas com deficiência. (CHICON, 2008)

“Uma das coisas que mais me intriga no Brasil de hoje é o uso epidêmico da palavra “inclusão”. Ela esta na mídia, no discurso de políticos, em documentos de Ministérios, de Secretarias estaduais e municipais”. (Patto, 2010).

Para que a educação inclusiva incida de maneira natural e promissora, rótulos devem ser superados, pois a inclusão vai além dos limites da escola. Apenas colocar o conteúdo da atividade física e o desporto adaptado como partes do conhecimento a ser trabalhado pelos professores de Educação Física, não asseguraria a inclusão e participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar. “Porem essa ação poderia inspirar uma reflexão acerca da temática pelos alunos e levar os professores a repensar sobre o tempo e o espaço de suas aulas.” (VIDAL, 2005)

3.3. Educação, Educação Física adaptada e inclusão.

Segundo Chicon (2008), a Educação Física começa a se preocupar com a atividade física e o esporte para pessoas com NEE's apenas, aproximadamente, no final dos anos de 1950, e o enfoque inicial para a prática dessas atividades foi o médico. Os programas eram denominados ginástica médica e tinham a finalidade de prevenir doenças, utilizando para tanto exercícios corretivos e de prevenção, ou seja, eram relacionados com a reabilitação.

A luta para que as pessoas com NEE's contem com as mesmas condições educacionais que o conjunto da população, tem como referência, dentre outras, a Declaração dos Direitos do Homem, de 1948, na qual se afirma que “[...] todo homem tem direito à instrução”.

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos e na mentalidade das pessoas, como também do portador de deficiência física. (Sasaki 1997).

A Educação Física escolar é um sujeito de inclusão social. A atividade física adequada às possibilidades dos sujeitos valoriza e integra-os à realidade, possibilitando-nos autonomia, autoconfiança e liberdade. (Sassaki 1997).

A Educação Física Adaptada "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais" (Duarte e Werner, 1995)

Para Fonte, 2011. O que se entende por Educação Inclusiva é um compromisso social no qual os alunos com algum tipo de necessidade específica são recebidos nas salas de aulas do ensino regular, assim tendo um melhor desenvolvimento, pois estão entrosados com os alunos do ensino regular, tendo uma troca de experiências e situações que são de extrema importância para o aprendizado de todos os alunos.

3.4 Deficiência e Educação Física

A inclusão da deficiência na educação física começou a ser trabalhada no final dos anos 50. Era denominada ginástica médica e sua finalidade era a prevenção de doenças, utilizando-se de exercícios corretivos. A real origem da educação física adaptada foi definida a partir da American Association for Health, Physical education, Recreation and Dance(AAHPERD) um programa que trabalhava as diversas atividades físicas, jogos e ritmos adequados as capacidades e limitação de cada um.(Pedrinelli, 1994)

A prática de atividade física e/ou esportiva por portadores de algum tipo de deficiência, sendo esta visual, auditiva, mental ou física, pode proporcionar dentre os benefícios da prática regular de atividade física, a oportunidade de testar seus limites e potencialidades e promover a integração social do indivíduo (Melo, 2002)

“A escolha de uma modalidade esportiva pode depender, em grande parte, das oportunidades que são oferecidas aos portadores de deficiência física, da sua condição socioeconômica, das suas limitações e potencialidades, da suas preferências esportivas,

facilidade nos meios de locomoção e transporte, de materiais e locais adequados, do estímulo familiar, de profissionais preparados para atendê-los.” (Melo, 2002)

A redefinição dos objetivos do jogo, do esporte ou da atividade se faz necessário, para melhor adequar estes objetivos às necessidades do processo de reabilitação. Assim como reduzir ou aumentar o tempo de duração das atividades, mas sempre com a preocupação de manter os objetivos iniciais atingíveis. (FONTE, 2011)

Após a Segunda Guerra Mundial a prática desportiva teve maior incremento no contexto da prevenção e reabilitação. A partir daí, o esporte para pessoas com deficiências físicas não parou de crescer e, desde 1960, foram realizados os primeiros Jogos Paraolímpicos (paralelo aos Jogos Olímpicos), o qual vem se tornando cada vez mais popular. (Souza, 1994)

3.5 O desporto adaptado.

A história do desporto para as pessoas portadoras de necessidades especiais começou na cidade de Aylesbury, Inglaterra. A pedido do governo britânico, o neurologista Ludwig Guttmann criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de Stoke Mandeville, destinado a tratar homens e mulheres do exército inglês feridos na Segunda Guerra Mundial.

A partir desse momento surgem duas correntes de pensamento, a primeira, com enfoque médico, apresentada por Guttmann, utiliza o esporte como auxílio na reabilitação de seus pacientes buscando amenizar também os problemas psicológicos causados principalmente do ócio no hospital. O trabalho de reabilitação buscou no esporte não só o valor terapêutico, mas o poder de inspirar novas possibilidades, o que resultou em uma maior interação dessas pessoas.

A outra corrente vinda dos Estados Unidos, utiliza o enfoque esportivo como forma de inserção social, dando a conotação competitiva utilizada pelo desporto. Essas correntes, no decorrer da história, cruzam-se formando objetivos comuns. Saindo do componente médico-terapêutico, e incorporando a prática esportiva e do

desporto de rendimento, procurando a integração do atleta e sua reabilitação social, como afirma Varela (1989).

Guttmann foi o precursor da reabilitação de portadores de deficiência pelo esporte. Os métodos utilizados por ele começaram a se expandir pelo mundo. E em 1952 um grupo de veteranos de guerra do Centro Militar de Reabilitação de Doorn, competiu com os companheiros britânicos de Stoke Mandeville, acontecendo assim os primeiros Jogos Internacionais de Stoke Mandeville. Porém, o melhor ainda estava por vir, quando em 1960, em Roma, Antonio Maglio, diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, na Itália, propôs que os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville se realizassem naquele ano na capital italiana, imediatamente após a XVI Olimpíada, e nas mesmas instalações, surgindo assim os Jogos Paraolímpicos, com a denominação de Olimpíadas dos Portadores de Deficiência.(SOUSA, 2004)

4. DISCUSSÃO:

Fala-se muito em trabalhar a diversidade, mas, na prática, a comunidade e a escola ainda não dominam de modo eficaz o como realizar esse trabalho. A inclusão social e a inclusão de PNEE's no ensino regular é um aprendizado e ocorrerá de forma lenta e gradual em nosso país. No âmbito escolar, vários alunos e seus pais têm apontado falhas na qualidade de ensino de nossas escolas de educação básica. Não é raro ouvir-se falar o quanto nossa educação é ruim e que não está preparada para ninguém. Esse é um dos desafios, espera-se que no futuro a escola inclusiva possa oferecer uma boa qualidade de ensino para todos e que não acabe sendo uma "utopia". (AGUIAR e DUARTE, 2005)

Segundo Chicon (2008), a área da Educação Física e dos esportes dirigidos às pessoas com Necessidades educacionais específicas mostrou, nas duas últimas décadas do século XX e início do século XXI, progressos notáveis. Podemos destacar a inclusão de disciplinas de Educação Física Adaptada nos currículos dos Cursos de Graduação em Educação Física e de várias linhas de pesquisa nos Programas de Mestrado e Doutorado no Brasil, tanto na Educação quanto em Educação Física, e o fortalecimento do Comitê Paraolímpico Brasileiro. Mas, apesar

dos avanços, não podemos negar que ainda é realidade, em algumas escolas, aulas de Educação Física separadas por turmas, tendo como parâmetro o sexo e o nível de habilidade motora, demonstrando, nitidamente, a bagagem histórica, cultural, social e educativa que nos acompanha. Muitas vezes, esses princípios vêm contribuir fortemente para o processo de exclusão escolar desses alunos.

Para além desse louvor da diferença e das práticas inclusivas, devemos reconhecer a árdua tarefa de mediação dos professores frente a tais ambiguidades. Pois o louvor à liberdade de escolha nesta sociedade não limita os discursos normativos do bem viver. Essas ambiguidades apontam na seguinte direção: não basta que a escola assuma o discurso da diferença, mas precisa colocar a própria diferença em discussão. Pois novas formas de inclusão podem estar acompanhadas de práticas pedagógicas de exclusão. (GOMES, ALMEIDA e BRACHT, 2010)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social é um processo que contribui para construção de um novo tipo de sociedade através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos e principalmente na mentalidade de todas as pessoas, incluindo a pessoa com NEE's. Nesse sentido, a Educação Física escolar pode se fazer um grande agente de inclusão. Já é mais que provado que a atividade física, adequada às possibilidades do sujeito, o valoriza, estimula e facilita sua integração à realidade, lhe dando autonomia, Independência, confiança e lhe proporcionando uma maior liberdade.

O que se entende por Educação Inclusiva é um compromisso social no qual os alunos com NEE's são recebidos nas salas de aulas do ensino regular, tendo um melhor desenvolvimento, pois estão entrosados com os alunos do ensino regular, assim podendo aprender através da troca de experiências e vivências durante o curso.

O que deve ser feito, é uma mudança na ideia da formação profissional em educação física, que culturalmente vem privilegiando o desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas e tem privilegiado o desempenho físico e o corpo

como objeto de consumo. Para que isso ocorra, é preciso levar em consideração o outro lado da educação física, como já dizia De Marco (1995):

“Mais do que formar atletas, a educação física pode contribuir com o desenvolvimento pleno da pessoa, com a formação de uma consciência crítica, com o conceito de cidadania e com o próprio desenvolvimento da consciência corporal”.

Assim podemos entender que é preciso romper com a atual organização escolar, buscar novos princípios filosóficos como diretriz para a educação, buscando compreender que os homens são diferentes e é na diferença que ocorre a compreensão dos seus limites e possibilidades.

A Educação Física, como disciplina curricular, não pode ficar indiferente em face do movimento de educação inclusiva. Fazendo parte do currículo oferecido pela escola, esta disciplina pode se constituir como um adjuvante ou um obstáculo a mais para que a escola se torne mais inclusiva. O tema da educação inclusiva em Educação física tem sido insuficientemente tratado no nosso país, talvez devido ao fato de se considerar que a matéria não é essencial para o processo de inclusão social ou escolar. “Conceito que se dá através da má compreensão dos conceitos que fundamentam a prática da educação física.” (RODRIGUES, 2003)

Levando em consideração a perspectiva da inclusão, não podemos mais olhar e educação inclusiva separadamente da educação convencional, do mesmo modo, não podemos separar a educação física convencional da educação física adaptada.

7. REFERÊNCIAS

COSTA, Alberto; SOUSA, Sônia. Educação Física e esporte adaptado: historia, avanços e retrocessos. **Revista. Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004

GOMES, Ivan; ALMEIDA, Felipe; BRACHT, Valter. O local da diferença: desafios a educação física escolar. **Pensar a Prática, Goiânia**, v. 13, n. 1, p. 115, jan./abr. 2010

FALKENBACH, Atos; CHAVES, Fernando; NUNES, Dileni; NASCIMENTO, Vanessa. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v.13, n. 02, p.37-53, maio/agosto de 2007.

CHICON, José. Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, janeiro/abril de 2008.

SILVA, Regis; SOUSA, Sonia; VIDAL, Maria. Educação física escolar e a inclusão: limites e possibilidades de uma pratica concreta. **Revista Especial de Educação Física** – Edição Digital n º. 2 – 2005

MENDES, Enicéia. Perspectivas para a construção da Escola Inclusiva no Brasil. **A Escola Inclusiva**. p.61-85. 2002.

AGUIAR, João; DUARTE, Édison. Educação inclusiva: um estudo na área de educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.11, n.2, p.223-240. Ago. 2005.

STRAPASSON, Aline; CARNIEL, Franciele. A educação física na educação especial. **Revista Digital** - Buenos Aires. Ano 11 - N° 104 – jan. 2007

SILVA, Regis; SOUSA, Sônia; VIDAL, Maria. Dilemas e perspectivas da educação Física diante do paradigma da inclusão. **Revista PENSAR A PRÁTICA**. 125-135, maio/ago. 2008

RODRIGUES, David. A educação física perante a educação inclusiva: Reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73 ABRIL. 2003.

LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - 1996

MINTO, César. Educação especial: da LDB aos planos nacionais de educação. **Revista brasileira de educação especial**. V.6, N.1, 2000.

EUGÊNIA, Ruth, FREITAS, Patrícia. EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA **Revista integração – MEC**. 2000

Pedrinelli, V. Possibilidades na diferença: o processo de 'inclusão', de todos nós. **Revista integração – MEC**. 2007

FILUS, J, Junior, J. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A SUA APLICAÇÃO NO TRABALHO JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA **Revista da educação física**. 2004. V. 15. N. 2

ANEXOS:



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACSSE
Curso de Educação Física

FICHA DE RESPONSABILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE TCC

Eu, Lucas Lopes Costa
me responsabilizo pela apresentação do TCC intitulado Educação Física Escolar e a Inclusão de pessoas com necessidades específicas no dia 18/11 do presente ano, eximindo qualquer responsabilidade por parte do orientador.

Aluno	RA
Lucas Lopes Costa	21112245



ASSINATURA

FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE TCC

Venho por meio desta, como orientador do trabalho
_____ Educação Física escolar e a inclusão de pessoas com
necessidades específicas _____ Autorizar sua apresentação no dia
18/11 do presente ano.

Sem mais a acrescentar,



Orientador

93639



CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUTORIA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC

Declaração de Autoria

Eu, Lucas Lopes Costa, declaro ser o (a) autor(a) de todo o conteúdo apresentado no trabalho de conclusão do curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB. Declaro, ainda, não ter plagiado a ideia e/ou os escritos de outro(s) autor(s) sob a pena de ser desligado(a) desta disciplina uma vez que plágio configura-se atitude ilegal na realização deste trabalho.

Brasília, 07 de NOVEMBRO de 2013.


Orientando

AUTORIZAÇÃO

Eu, Lucas Lopes Costa

RA_21112245_____, aluno (a) do Curso de Educação Física _____ do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, autor(a) do artigo do trabalho de conclusão de curso intitulado **Educação Física Escolar e a inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas** _____, autorizo expressamente a Biblioteca Reitor João Herculino utilizar sem fins lucrativos e autorizo o professor orientador a publicar e designar o autor principal e os colaboradores em revistas científicas classificadas no Qualis Periódicos – CNPQ.

Brasília, 07 de Novembro de 2013.



Assinatura do Aluno